

Companhia Energética Sinop S.A.

**Informações contábeis
intermediárias
em 31 de março de 2020**



Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Conteúdo

Comentário de desempenho da Companhia	3
Relatório dos auditores independentes sobre às informações contábeis intermediárias	14
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações de resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	20
Demonstrações do valor adicionado	21
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	22

Comentário de desempenho

Primeiro trimestre de 2020

Divulgado em 04 de maio de 2020, em R\$ mil




Índice

Introdução.....	5
Destaques do Período.....	5
Indicadores Econômico-financeiros.....	8
Sobre a Sinop Energia	8
Desempenho Econômico-Financeiro.....	10
Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais	12
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....	13
Declarações da Diretoria.....	13
Agradecimentos.....	13

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As Informações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2020 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os primeiros trimestres de 2020 e 2019 (“1T20” e “1T19”), exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as Informações Contábeis Intermediárias de três meses findo em 31 de março de 2020.

Destques do Período

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado somou 496.729 MWh, sendo 484.237 MWh no ACR e 12.492 MWh no ACL.
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA ajustado no montante de R\$ 60.157, (R\$ 32.630 negativos, em 31 de março de 2019). Os ajustes no EBITDA foram em decorrência da reversão da provisão para redução ao valor recuperável – *Impairment* no valor de R\$ 7.203 em 31 de março de 2020.
- **Investimentos:** A Companhia adicionou no período de 3 meses findo em 31 de março de 2020 ativos imobilizados o montante de R\$ 18.546 (R\$ 218.908, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).
- **Termo de Aditamento de Conduta – TAC:** No mês de abril de 2020, foi homologado pela Justiça Federal o Termo de Aditamento de Acordo, o qual definiu a aplicação dos recursos de R\$ 4.000 conforme elencado a seguir: i) R\$ 600 para financiamento do Projeto Sirius, a ser desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; ii) R\$ 1.000 para implementação da sede do Batalhão Ambiental especializado da Polícia Militar, no município de Sinop/MT; iii) R\$ 1.300 para implementação do projeto de revitalização do Parque Natural Municipal Paulo Viriato Correia da Costa, no município de Cláudia/MT; e iv) R\$ 1.100 para revitalização do Parque Natural Municipal, no

município de Itaúba/MT. Este Termo de Aditamento de Conduta refere-se ao desmembramento do item (iv) da **Ação Civil Pública** - processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603, de 02 de outubro de 2019, onde a Companhia firmou acordo judicial com o Ministério Público Federal – MPF e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA/MT, referente ao evento associado a mortandade de peixes ocorrido em fevereiro de 2019, quando do início do enchimento do reservatório da UHE Sinop, e foram pactuadas as seguintes obrigações: i) Desenvolvimento de sistema de repulsão de peixes para impedir o acesso de peixes até a bacia de dissipação; ii) Instalação de 4 estações telemetrizadas para monitoramento de qualidade de água; iii) Desenvolvimento de programa de mapeamento genético de espécies-chave de peixes; e iv) Pagamento do montante total de R\$ 4.000 para a compensação pelos impactos socioambientais da UHE Sinop..

- **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC:** Assinatura, em 19 de fevereiro de 2020, de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020 (Processo nº 64474/2019) junto à SEMA/MT referente ao auto de infração nº 159857 de 13/02/2019 – “por causar poluição pelo lançamento de sedimentos aprisionados na bacia de dissipação da Usina Hidrelétrica Sinop no Rio Teles Pires, quando da abertura das comportas, em níveis tais que provocou a mortandade de animais, no quantitativo de 13 (treze) toneladas de peixes” e estipulou uma multa administrativa no valor de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais). Com a finalidade de solucionar consensualmente o feito administrativo sob nº 64474/2019 (Auto de Infração nº 159857), a Sinop Energia pagará o montante total de R\$ 4.000, a título de compensação pelos impactos socioambientais da UHE Sinop, cuja destinação dos recursos servirá para a reforma e projeto de construção do Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA/MT, bem como para a aquisição de equipamentos para o referido órgão.
- **Auto de Infração e Notificação:** Devido a nova ocorrência de mortandade de peixes no mês de março de 2020, a Sinop Energia recebeu, em 18 de março de 2020, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, o Auto de Infração nº 20173009 e Notificação nº 20172004, impondo à Sinop Energia multas administrativas no valor total de R\$ 12.000 e suspensão das atividades de geração e transmissão de energia elétrica de forma temporária até a comprovação de medidas adicionais de segurança quanto a operação do empreendimento. Após a Sinop Energia ter apresentado os esclarecimentos e pendências solicitados pelo órgão ambiental, a SEMA/MT emitiu o Parecer Técnico nº 133582/CLEIA/SUIMIS/2020 em 01 de abril de 2020, autorizando o retorno das atividades de geração e transmissão de energia elétrica.
- **Aspectos relacionados ao novo Coronavírus (COVID-19):** A Companhia revisou suas premissas de fluxo de caixa para todo o ano de 2020 e levou em consideração uma significativa redução em suas receitas pelos próximos 6 meses na ordem de 20%. Perante a esta premissa, a Companhia aderiu ao Plano de Ação Emergencial “criado pelo BNDES” com a finalidade de postergar 6 parcelas do financiamento para atenuar os impactos causados pela pandemia. A Companhia já obteve a anuência do fiador o Banco ABC e encaminhou a proposta para o BNDES. Com esta medida, a Companhia postergará o desembolso de caixa de aproximadamente R\$ 58.000.

Com a entrada em operação comercial a Companhia não está mais obrigada a adquirir energia elétrica no mercado *spot* (lastro). Diante desse evento, os contratos de vendas de energia elétrica serão atendidos a partir da geração própria de energia elétrica, ou por intermédio da

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), por meio do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), ao qual a Companhia é parte integrante.

Composição da Administração em 31 de março de 2020

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Yann des Longchamps <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Adriano Soares da Costa <i>Membro Efetivo</i>	Antônio Florentino de Medeiros Filho <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Pierre André Bradier <i>Membro Suplente</i>
Astrogildo Fraguaglia Quental <i>Membro Efetivo</i>	Renato Kovalski Kaminski <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Carlos Alberto Rizzo Hoeller <i>Membro Suplente</i>
Túlio Neiva Rizzo <i>Membro Efetivo</i>	Nilzete Freitas da Silva <i>Membro Suplente</i>
Cleber José de Souza Villa Verde <i>Membro Efetivo</i>	Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários / Diretor Presidente
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078
----------------------------	-------------------------

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	Variação			
		1T20	1T19	Absoluta	Em %
Energia Comercializada (ACR)	MWh	484.237	462.107	22.130	4,8%
Energia Comercializada (ACL)	MWh	12.492	16.597	(4.105)	(24,7)%
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	68.874	61.880	6.994	11,3%
Margem bruta	%	36,0%	(41,0%)	0,8 p.p.	(187,8)%
Lucro/(Prejuízo) do exercício	R\$, mil	1.174	(21.415)	23.129	(108,0)%
Margem líquida	%	2,5%	(34,6%)	0,4 p.p.	(107,2)%
		1T20	4T19		
Investimentos	R\$, mil	18.456	218.908	(200.452)	(91,6)%
<u>Endividamento</u>	<u>R\$, mil</u>	<u>1.358.154</u>	<u>1.357.716</u>	<u>438</u>	<u>-</u>
BNDES	R\$, mil	1.101.420	1.108.329	(6.909)	(0,6)%
Debêntures	R\$, mil	256.734	249.387	7.347	2,9%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.182.917	1.272.257	(89.340)	(7,0)%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	50,0%	50,0%	-	-
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	índice	3,0	2,7	0,3	11,6%
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	49	50	(1)	(2,0)%
Lucro (prejuízo) por ação	R\$	0,00077	(0,02225)	(0,01185)	(103,5)%
Quantidade de ações ⁵	mil	2.234.136	1.976.656	257.480	13,0%

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do período
5. Média ponderada de ações ordinárias.

Sobre a Sinop Energia

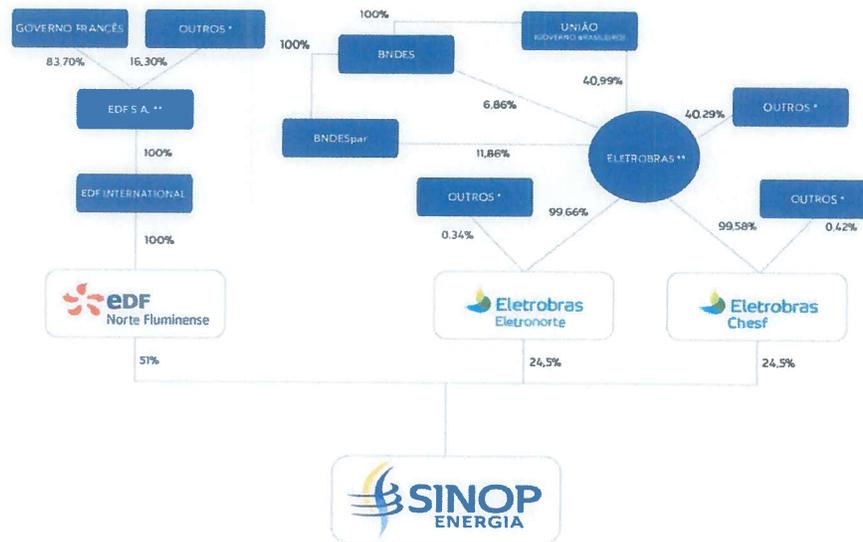
Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

Estrutura acionária em 31 de março de 2020:

Estrutura Societária da Sinop Energia
(em 31 de março de 2020)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MW médios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de março de 2020, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2019), que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e sei mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 16.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA Ajustado¹

Nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia apresentou EBITDA Ajustado de R\$ 60.157 (R\$ 32.630 negativos, em 31 de março de 2019). Cabe informar que esse desempenho está relacionado com a entrada em operação comercial desde o mês de setembro de 2019 e que no primeiro trimestre de 2020 não houve a necessidade de compra de energia elétrica no mercado spot.

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

	1T20	1T19
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1.714	(21.415)
Imposto de renda e contribuição social	900	(11.035)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	27.364	(828)
Depreciação e amortização	22.976	648
EBITDA	52.954	(32.630)
(+/-) Itens não recorrentes:		
- (Reversão) provisões para redução ao valor recuperável – <i>Impairment</i>	7.203	-
EBITDA Ajustado	60.157	(32.630)
Receita operacional líquida	68.874	61.880
Margem EBITDA Ajustado (%)	87,3%	(52,7%)

Custos com geração de energia elétrica

	1T20	1T19
Serviços de terceiros	(3.335)	-
Pessoal, encargos e benefícios	(1.230)	-
Depreciações e amortizações	(22.892)	-
Passagens e hospedagens	(7)	-
Materiais	(401)	-
Outros	(446)	-
Total – Nota Explicativa nº 20	(28.311)	-

¹ O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Serviços de terceiros

	1T20	1T19
Assessoria e consultoria de O&M	(2.791)	-
Programas ambientais - OPEX	(283)	-
Monitoramento e vigilância	(84)	-
Compartilhamento de infraestrutura	(83)	-
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(63)	-
Transportes	(28)	-
Outros	(3)	-
Total	(3.335)	-

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste agrupamento de contas tiveram uma redução de 49% neste período, representadas pelas rubricas de despesas de serviços de terceiros e despesas com pessoal, encargos e benefícios.

	1T20	1T19	Var %
Serviços de terceiros	(1.570)	(3.576)	-56%
Pessoal, encargos e benefícios	(1.706)	(2.178)	-22%
Depreciações e amortizações	(85)	(649)	-87%
Litígios trabalhistas	(44)	(790)	-94%
Passagens e hospedagens	(61)	(140)	-56%
Materiais	(52)	(73)	-29%
Arrendamentos e aluguéis	(366)	(116)	216%
Outros	(161)	(380)	-58%
Total – Nota Explicativa nº 21	(4.045)	(7.902)	-49%

Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste agrupamento não considera a rubrica “Assessoria e consultoria de O&M”, pois a mesma fora classificada no subgrupo de Serviços de Terceiros do grupo de Custos com Geração de Energia Elétrica e houve um aumento de 14% no comparativo dos trimestres, representados significativamente pela rubrica “Outros” que corresponde a maior parte em publicidades e divulgações institucionais do Empreendimento.

	1T20	1T19	Var %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(902)	(898)	-
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(300)	(259)	16%
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(117)	(92)	27%
Monitoramento e vigilância	(35)	(29)	21%
Transportes	(1)	(9)	-89%
Outros	(215)	(94)	129%
Assessoria e consultoria de O&M	-	(2.195)	-100%
Total	(1.570)	(3.576)	-56%

Despesas com pessoal, encargos e benefícios

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 22% findo em 31 de março de 2020 comparado com o ano anterior; o número de funcionários em 31 de março de 2020 foi de 50, comparado com 62 funcionários na mesma data do ano anterior.

	1T20	1T19	Var %
Remuneração de empregados	(878)	(1.362)	-36%
Encargos trabalhistas	(390)	(499)	-22%
Benefícios a empregados	(438)	(317)	38%
Total	(1.706)	(2.178)	-22%

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no período.

	1T20	4T19
Financiamento BNDES ¹	1.101.420	1.108.329
Debêntures ¹	256.734	249.387
Endividamento bruto	1.358.154	1.357.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa ²	175.237	85.459
Endividamento líquido	1.182.917	1.272.257
Patrimônio líquido	1.475.787	1.474.073
Grau de alavancagem³	44,5%	46,3%
Patrimônio líquido	1.475.787	1.474.073
Ativo total	2.953.770	2.946.942
Índice de capital próprio⁴	0,5	0,5
Ativo circulante	239.614	154.364
Passivo circulante	78.683	56.590
Índice de liquidez corrente⁵	3,0	2,7

- 1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Empreendimento e Ações Socioambientais

Engenharia e Construção

Após a obtenção, em 05 de dezembro de 2013, junto à SEMA/MT, da LI nº 63167/2013 para o canteiro de obras, foi de pronto iniciada a mobilização da empreiteira Construtora Triunfo S.A. ("CTSA") para a execução das obras civis e comissionamento eletromecânico do empreendimento e, por conseguinte, dos elementos de infraestrutura necessários para suportar a construção. A referida empresa esteve vinculada à implantação da UHE Sinop até 30 de abril de 2019, quando houve a necessidade de rescisão contratual, tendo em vista (i) o abuso de direitos pela CTSA, e (ii) o inadimplemento da Construtora ao Contrato de Engenharia, Fornecimento e Montagem.

Assim, a partir de 01 de maio de 2019, a Sinop Energia tomou medidas para efetivar a conclusão do empreendimento, fazendo a contratação empresas especializadas, selecionadas por sua capacidade técnica, credibilidade e reputação, as quais assumiram os trabalhos de obras civis, montagem e comissionamento eletromecânico.

No ano de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") emitiu os despachos autorizando o início da Operação em Teste na UHE Sinop, conforme apresentado a seguir:

- Obtenção do Despacho ANEEL nº 1829, de 27 de junho de 2019, liberando a Unidade Geradora UG2, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação em teste a partir de 28 de junho de 2019; e
- Obtenção do Despacho ANEEL nº 1960, de 12 de julho de 2019, liberando a Unidade Geradora UG1, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação em teste a partir de 13 de julho de 2019.

Ainda em 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") emitiu os despachos autorizando o início da Operação Comercial na UHE Sinop, conforme apresentado a seguir:

- Emissão do Despacho ANEEL nº 2.561, de 16 de setembro de 2019, o qual decide liberar a unidade geradora UG2, de 200.940,00 kW de capacidade instalada da UHE Sinop, para início da operação comercial a partir de 17 de setembro de 2019; e

- Emissão do Despacho ANEEL nº 2.854, de 17 de outubro de 2019, o qual decide liberar a unidade geradora UG1, de 200.940 kW de capacidade instalada da UHE Sinop para início da operação comercial a partir do dia 18 de outubro de 2019.

No primeiro trimestre de 2020, as atividades de finalização das obras civis e resolução de pendências eletromecânicas foram continuadas, destacando-se a necessidade de realização de reparos no muro quebra-ondas de jusante do barramento, sendo que a realização de tais reparos acarretaram a indisponibilidade temporária de operação das Unidades Geradoras.

Ações do Meio Ambiente

No período, as atividades de meio ambiente estiveram principalmente voltadas para o acompanhamento e monitoramento ambiental pós-enchimento do reservatório, destacando-se a implementação de programas ambientais que se mantiveram mesmo após a completa formação do lago da UHE Sinop. Também se destaca a atuação na continuidade dos programas e campanhas estabelecidos no PBA, objetivando o atendimento às condicionantes ambientais e obtenção da Licença de Operação, emitida pela SEMA/MT em 20 de agosto de 2019.

Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 02 de abril de 2020, para a emissão do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2020 e os relatórios de sobre as Informações Contábeis Intermediárias contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020. A partir do contrato celebrado referente ao exercício de 2020, a KPMG prestará serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2020, e com a opinião expressa no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

O ano de 2020 iniciou com um grande desafio, diante ao enfrentamento da pandemia mundial do novo Coronavírus (COVID-10) e seus impactos econômicos e de restrições sociais, e a Sinop Energia reafirma o compromisso de continuidade de suas atividades, bem como dando nossa contribuição ao combate desta pandemia através de ações de solidariedade, doações e assistências as nossas comunidades e colaboradores. Contamos com a confiança e apoio de nossos acionistas, clientes e colaboradores. A todos os nossos sinceros agradecimentos.

A Diretoria da Sinop Energia



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tráfede - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediária

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de



acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Carlos - SP, 04 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
2SP-027611/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2020	31/12/2019	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	175.237	85.459			
Contas a receber	4	34.868	33.802			
Estoques		4.799	3.974			
Tributos e contribuições a recuperar	5	21.999	28.058			
Adiantamentos		1.878	1.958			
Despesas antecipadas	6	833	1.113			
Total do ativo circulante		239.614	154.364			
Não Circulante						
Tributos e contribuições a recuperar	5	23.519	20.309			
Fundos vinculados	7	68.818	151.330			
Ativo fiscal diferido	8	385.096	385.996			
Total do realizável a longo prazo		477.433	557.635			
Imobilizado	9	2.206.113	2.204.263			
Intangível	10	30.610	30.680			
Total do ativo não circulante		2.714.156	2.792.578			
Total do ativo		2.953.770	2.946.942			
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	11	21.807	20.457			
Tributos e contribuições a recolher		3.810	1.483			
Obrigações trabalhistas		1.484	1.236			
Obrigações setoriais		926	1.006			
Financiamento BNDES	12	28.083	26.173			
Debêntures	13	4.880	651			
Uso do bem público	10(i)	1.440	1.950			
Provisões sócioambientais	14	16.203	3.586			
Outros passivos circulantes		50	48			
Total do passivo circulante		78.683	56.590			
Não Circulante						
Financiamento BNDES	12	1.073.337	1.082.156			
Debêntures	13	251.854	248.736			
Obrigações setoriais		1.355	1.063			
Uso do bem público	10(i)	29.237	28.775			
Provisões sócioambientais	14	42.856	54.901			
Provisões para contingências	15	661	648			
Total do passivo não circulante		1.399.300	1.416.279			
Patrimônio Líquido						
Capital social	16	2.234.136	2.234.136			
Prejuízos acumulados	16	(758.349)	(760.063)			
Total do patrimônio líquido		1.475.787	1.474.073			
Total do passivo		1.477.983	1.472.869			
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.953.770	2.946.942			

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos	
		31/03/2020	31/03/2019
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	17	68.874	61.880
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	18	(5.821)	(78.354)
Encargos de uso da rede elétrica	19	(9.945)	(8.902)
Custos com geração de energia elétrica	20	(28.311)	-
Lucro (prejuízo) bruto		24.797	(25.376)
Despesas gerais administrativas	21	(4.045)	(7.902)
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	9	7.203	-
Provisão para perdas estimadas		2.023	-
Resultado antes do resultado financeiro		29.978	(33.278)
Receitas financeiras	22	2.121	1.140
Despesas financeiras	22	(29.485)	(312)
Resultado financeiro	22	(27.364)	828
Resultado antes dos impostos		2.614	(32.450)
Contribuição social diferida	8	(240)	2.919
Imposto de renda diferido	8	(660)	8.116
Resultado do período		1.714	(21.415)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

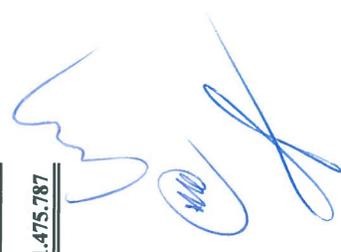
	Períodos de três meses findos	
	31/03/2020	31/03/2019
Resultado do período	1.714	(21.415)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total do período	1.714	(21.415)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2019		1.694.200	(716.081)	978.119
Integralização de capital social em moeda corrente		148.000	-	148.000
Resultado do período		-	(21.415)	(21.415)
Saldo em 31 de março de 2019	16	1.842.200	(737.496)	1.104.704
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.234.136	(760.063)	1.474.073
Resultado do período		-	1.714	1.714
Saldo em 31 de março de 2020	16	2.234.136	(758.349)	1.475.787



As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2020	31/03/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	2.614	(32.450)
Encargos da dívida	21.772	33.709
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)	(22.810)	(42.920)
Depreciação e amortização	22.976	648
	24.552	(41.013)
Variações no ativo		
Adiantamentos	80	(2.273)
Tributos e contribuições a recuperar	2.849	(3.539)
Títulos e créditos a receber	33.784	18.379
Despesas antecipadas	280	9.497
Depósitos vinculados	-	(10.829)
Estoques	(825)	(1.157)
	36.168	10.078
Variações no passivo		
Fornecedores	(8.408)	(14.184)
Tributos e contribuições a recolher	2.327	(2.534)
Obrigações trabalhistas	248	291
Encargos setoriais	(11.588)	389
Uso do bem público	(543)	(525)
Outros passivos	2	-
	(17.962)	(16.563)
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	-	(24.016)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	42.758	(71.514)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(6.729)	(52.168)
Depósitos vinculados	82.512	-
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES - parcela capitalizada	(21.826)	-
Aplicações financeiras	-	(19.267)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	53.957	(71.435)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	-	148.000
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	(6.937)	(4.841)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(6.937)	143.159
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	89.778	210
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	85.459	522
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	175.237	732
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	89.778	210

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos	
	31/03/2020	31/03/2019
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	78.306	68.869
	78.306	68.869
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(18.583)	(96.366)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.028)	(4.092)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Perdas esperadas</i>	9.226	-
Outras (Contingências trabalhistas)	(45)	(790)
	(15.430)	(101.248)
3 - Valor adicionado bruto	62.876	(32.379)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(22.976)	(648)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	39.900	(33.027)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.121	1.140
	2.121	1.140
7 - Valor adicionado total	42.021	(31.887)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.314	1.763
Benefícios	504	317
FGTS	118	98
	2.936	2.178
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	7.514	(13.094)
Estaduais	6	16
Municipais	-	-
	7.520	(13.078)
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	29.485	312
Aluguéis	366	116
	29.851	428
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	1.714	(21.415)
	1.714	(21.415)
Valor adicionado total	42.021	(31.887)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 16), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Em 06 de fevereiro de 2018, a ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do Empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.

- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma perante o Poder Concedente para o início de suprimento de energia foi alterado para 1º de dezembro de 2018 e, ainda, os prazos inicial e final dos CCEAR foram ajustados para 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2048, respectivamente, por meio de aditivos contratuais. Antes do início de sua geração comercial, a energia para atender aos CCEAR firmados pela Companhia foram adquiridas de terceiros com recursos provenientes dos acionistas da Sinop Energia.

Em 19 de outubro de 2018, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão que, entre outros ajustes, resultou nas seguintes alterações significativas ao Contrato de Concessão, o qual passou a prever que: (i) o início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora fosse em 1º de dezembro de 2018 e o início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora fosse em 1º de fevereiro de 2019; e (ii) o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Todavia, o início das operações previsto no aditivo do contrato de concessão foi prejudicado pelo atraso na obtenção da Licença de Operação (LO). A referida Licença foi solicitada junto à SEMA/MT em 18 de janeiro de 2018, objetivando o cumprimento do cronograma estabelecido no Contrato de Concessão para o início da operação comercial da 1ª Unidade Geradora (UG) em 01 de dezembro de 2018. Após mais de 12 (doze) meses desde a solicitação da LO, em 24 de janeiro 2019, a SEMA/MT emitiu a Autorização nº 1028/2019 - Autorização para Enchimento do Reservatório e Testes para Comissionamento em Unidades de Geração. A partir desta Autorização, iniciaram os procedimentos de enchimento controlado do reservatório e a futura realização de testes das UGs. O enchimento do reservatório foi iniciado em 30 de janeiro de 2019 e sua conclusão ocorreu em 13 de abril 2019, quando o reservatório atingiu seu nível máximo normal (cota 302,0 m).

Após conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou tratativas com o órgão ambiental, sendo que a SEMA/MT emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960, autorizando o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a Unidade Geradora (UG) 02 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual libera a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG02 iniciou-se em 17 de setembro de 2019.

Entretanto, no dia 25 de setembro de 2019, a SEMA/MT publicou no Diário Oficial de Mato Grosso, o Termo de Suspensão da Licença de Operação nº 320138/2019 da UHE Sinop, acolhendo a determinação da Justiça Federal proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 10000543-12.2019.4.01-3603. Neste contexto, houve a necessidade de paralisação da geração comercial da UG02 no dia 25 de setembro de 2019. Nos dias 01 e 02 de outubro de 2019, foi realizada Audiência de Conciliação, sendo firmado acordo entre as partes envolvidas na Ação Civil Pública com a extinção do processo e, por corolário, a revogação da decisão que suspendeu a Licença de Operação da UHE Sinop. Assim, os procedimentos para a retomada da geração comercial da UG02 da UHE Sinop, foram realizados de imediato após a revogação da suspensão da Licença de Operação, com a produção e disponibilização de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional.

Para a UG01, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu a Declaração de Atendimento aos requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/P) em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual libera a unidade geradora UG01 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG01 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de janeiro de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 83,2% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de janeiro de 2019 para 31 de maio de 2019. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 30 de maio de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 86,7% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de 31 de maio de 2019 para 01 de dezembro de 2019. Em contrapartida à concessão do *waiver* pelos debenturistas, os acionistas da Companhia, com a devida anuência de seus principais credores; BNDES e debenturistas, assumiram o compromisso de realizar aportes adicionais com o objetivo de viabilizar a entrada em operação comercial até 01 de dezembro de 2019 e o cumprimento das cláusulas do financiamento do BNDES e da Escritura (em particular quanto à constituição das Contas Reservas e Contas Reservas Adicionais), até o montante total de R\$ 619.000 até 05 de novembro de 2019 e, ainda, realizar o pagamento aos debenturistas de um *waiver fee* de 0,1% sobre o valor nominal de cada debênture em 14 de junho de 2019, deste montante os acionistas realizaram o aporte de R\$ 539.936, levando em consideração a necessidade de caixa da Companhia. Devido a Companhia ter entrado em operação comercial em outubro de 2019, antes da data limite prevista na Assembleia Geral de Debenturistas, os acionistas ficaram desobrigados do cumprimento do aporte total no montante de R\$ 619.000.

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido de R\$ 160.931 (R\$ 97.774, em 31 de dezembro de 2019), lucro líquido no período de 31 de março de 2020 de R\$ 1.714 (prejuízo de R\$ 21.415, em 31 de março de 2019), margem bruta positiva em 31 de março de 2020 de R\$ 24.797 (R\$ 25.376 negativa, em 31 de março de 2019), pelo motivo de ter atendido todos os contratos, tanto no ambiente regulado quanto no ambiente livre e não ter realizado compras de energia elétrica no período. Com início da operação os efeitos ora apurados serão absorvidos no decorrer do contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2019 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias .

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 04 de maio de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real e estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2019
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	558	172
- Banco Itaú Unibanco S.A.	144	76
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A. (i)	174.532	85.208
	<u>175.237</u>	<u>85.459</u>

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 31 de março de 2020 de 96% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 24.

4 Contas a receber

	31/03/2020		31/12/2019	
	Vencidos	Vencidos Até 180 dias	Total	Total
Contas a receber de clientes (i)	34.092	-	34.092	35.048
Partes relacionadas (ii)	776	-	776	776
(-) Perdas esperadas (iii)	-	-	-	(2.022)
	<u>34.868</u>	<u>-</u>	<u>34.868</u>	<u>33.802</u>

- (i) Referem-se, substancialmente:

(a) venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 34.090 (R\$ 35.046, em 31 de dezembro de 2019); e
 (b) outras contas a receber de R\$ 2.

- (ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) à partes relacionadas R\$ 776 (R\$ 776, em 31 de dezembro de 2019).

- (iii) Com o despacho da ANEEL, o qual liberou a UG2 para operação comercial em 16 de setembro de 2019, os preços não têm mais o impacto redutor de 15% e os créditos recebíveis referentes aos faturamentos dos contratos no ACR serão realizados nos dias 20 (vinte) e 30 (trinta) do mês subsequente e dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de perdas esperadas é de R\$ 2.022. Em 30 de junho de 2019 foram provisionados R\$ 471 devido mandado de segurança cível, referente ao processo nº 1015553-26.2019.4.01.3400 da 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, movido pela Boa Vista Energia S.A. em face da ANEEL e ciência da CCEE no qual a parte impetrante objetiva ser desobrigada ao pagamento de todos os CCEARs vigentes, bem como, se abstenha de aplicar qualquer sanção em decorrência do inadimplemento dos referidos valores e das contabilizações realizadas pela CCEE em função desses contratos, incluindo a sua inscrição no cadastro de inadimplente da Agência, até que a ANEEL aprecie em definitivo o requerimento registrado nos autos do Processo Administrativo nº 48500.006447/2017-34. Em 20 de agosto de 2019, através do despacho nº 2.300/ANEEL, houve o indeferimento do pedido de medida cautelar interposto pela Roraima Energia S.A., entretanto, a inadimplência permaneceu até a data do fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e a Companhia manteve a provisão de R\$ 2.022, tendo o crédito sido recebido no primeiro trimestre de 2020. Em 31 de março de

2020, a Companhia efetuou as análises e concluiu que não possuía perdas esperadas sobre os créditos e nenhuma provisão foi registrada.

5 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	31/03/2020	31/12/2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	17.983	23.053
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	4.016	5.005
	21.999	28.058
Não circulante	31/03/2020	31/12/2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	12.210	9.799
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	2.577	2.177
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	8.303	7.904
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	345
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	23.519	20.309

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 21.999 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos três trimestres no valor de R\$ 229.375, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MW 1.940.737.
- (ii) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 31 de março de 2020 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e aportes dos acionistas.

6 Despesas antecipadas

	31/03/2020	31/12/2019
Seguros	833	1.113
	833	1.113

7 Fundos vinculados

	31/03/2020	31/12/2019
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	30.202	29.962
Conta reserva adicional (*)	-	88.470
Conta centralizadora	9.544	9.849
	39.746	128.281
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	10.817	10.639
Reserva adicional	10.817	10.639

27

Conta de pagamento	7.438	1.771
	<u>29.072</u>	<u>23.049</u>
	<u>68.818</u>	<u>151.330</u>

(i) Referentes aos empréstimos BNDES

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta Reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Conta Reserva Adicional

A conta reserva adicional deve ser composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 12.

(* Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária para a conta corrente junto ao Banco do Brasil o valor de R\$ 88.598.

Os montantes depositados na conta reserva estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, conforme recomendado pelo BNDES no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, "Investimentos Permitidos", com a seguinte composição: 40,04% em créditos corporativos, 9,05% em títulos públicos, 15,86% em compromissadas, 31,99% em créditos de bancos, 3,06% em cotas, remunerada em 4,07% nos últimos 12 meses.

(ii) Referentes às debêntures

Conta Reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta Reserva Adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 13.

Conta Pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	31/03/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(280.465)	(276.108)
Imposto de renda diferido	25%	69.630	68.489
Contribuição social diferida	9%	25.055	24.647
		94.685	93.136
Provisão de <i>Impairment</i>		(859.590)	(866.742)
Outras provisões		-	(242)
Imposto de renda diferido	25%	213.537	215.338
Contribuição social diferida	9%	76.874	77.522
		290.411	292.860
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.140.235)	(1.142.901)
Imposto de renda diferido	25%	283.167	283.405
Contribuição social diferida	9%	101.929	102.591
		385.096	385.996

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1º de janeiro de 2019	367.492
Reconhecimento no exercício	62.239
Reversão de provisão	(43.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	385.996
Reconhecimento no período	1.548
Reversão de provisão	(2.448)
Saldo em 31 de março de 2020	385.096

c. Demonstrativo de base de cálculo

	31.03.2020		31.03.2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.614	2.614	(32.450)	(32.450)
Efeito das adições no cálculo do tributo	44	44	12	12
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	2.658	2.658	(32.438)	(32.438)
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	665	240	(8.110)	(2.919)
Outros	(11)	-	(6)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	660	240	(8.116)	(2.919)

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de março de 2020:

Exercícios	Total
2020	1.684
2021	3.031
2022	4.634
2023	6.224
2024	7.297
2025	9.122
2026	11.259
2027	13.408
2028	15.227
2029	17.151
Acima de 2030	296.059
Total	385.096

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por estar no início das operações a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações em 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

9 Imobilizado

Movimentação do período findo em 31 de março de 2020

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 31/03/2020
Geração						
Em curso						
Terrenos	392.251	31	-	-	-	392.282
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.444.955	7.370	-	-	1.861	1.454.186
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	538.784	1.981	-	(3.871)	5.601	542.495
Máquinas e equipamentos a ratear	342.617	2.040	-	-	483	345.140
Veículos	451	-	-	-	-	451
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 1.257	117	-	-	(581)	793
	2.743.889	11.539	-	(3.871)	7.364	2.758.921
Terrenos a pagar	(iii) 1.436	22	-	(100)	-	1.358
Medições	(iii) 8.085	6.167	-	-	(7.364)	6.888
Juros capitalizados	(iv) 346.131	-	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v) (22.149)	-	(22.310)	-	-	(44.459)
Subtotal - Geração em curso	3.077.392	17.728	(22.310)	(3.971)	-	3.068.839
Em serviço						
Veículos	253	-	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos	1.626	448	-	-	-	2.074
Móveis e utensílios	50	-	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada	(76)	-	(40)	-	-	(116)
Subtotal - Geração em serviço	1.853	448	(40)	-	-	2.261
Total geração	3.079.245	18.176	(22.350)	(3.971)	-	3.071.100

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2020

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 31/03/2020
Geração						
Em curso						
Administração						
Em serviço	1286	370	-	-	-	1.656
(-) Depreciação acumulada	(976)	-	(62)	-	-	(1.038)
Total Administração	310	370	(62)	-	-	618
Total	3.079.555	18.546	(22.412)	(3.971)	-	3.071.718
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(866.742)	-	-	7.203	-	(859.539)
(-) AVP - Atualização a Valor Presente (*)	(8.550)	-	-	2.484	-	(6.066)
Imobilizado líquido	2.204.263	18.546	(22.412)	5.716	-	2.206.113

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 31/12/2019
Geração						
Em curso						
Terrenos	387.428	920	-	-	3.903	392.251
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.398.002	37.760	-	-	9.193	1.444.955
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	480.950	56.271	-	-	1.563	538.784
Máquinas e equipamentos a ratear	328.704	11.974	-	-	1.939	342.617
Veículos	447	4	-	-	-	451
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 3.599	1.059	-	-	(3.401)	1.257
	2.622.704	107.988	-	-	13.197	2.743.889
Terrenos a pagar	(iii) 255	5.084	-	-	(3.903)	1.436
Medições	(iii) 9.826	7.553	-	-	(9.294)	8.085
Juros capitalizados	(iv) 249.830	96.301	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v) -	-	(22.149)	-	-	(22.149)
Subtotal - Geração em curso	2.882.615	216.926	(22.149)	-	-	3.077.392
Em serviço						
Veículos	-	253	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos	65	1.561	-	-	-	1.626
Móveis e utensílios	-	50	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada	(3)	-	(73)	-	-	(76)
Subtotal - Geração em serviço	62	1.864	(73)	-	-	1.853
Total geração	2.882.677	218.790	(22.222)	-	-	3.079.245
Administração						
Em serviço	1.168	118	-	-	-	1286
(-) Depreciação acumulada	(752)	-	(224)	-	-	(976)
Total Administração	416	118	(224)	-	-	310
Total	2.883.093	218.908	(22.446)	-	-	3.079.555
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(989.933)	-	-	123.191	-	(866.742)
(-) AVP - Atualização a Valor Presente (*)	-	-	-	(8.550)	-	(8.550)
Imobilizado líquido	1.893.160	218.908	(22.446)	114.641	-	2.204.263

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa média do IPCA de 3,5% relativo aos anos de 2020 a 2026.

Em 31 de março de 2020, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2020

- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	(*) 31/03/2020	31/12/2019
Encargos BNDES (a)	-	72.865
Encargos debêntures (b)	-	21.922
Apropriação de custo BNDES	-	783
Apropriação de custo debêntures	-	731
Receita financeira das aplicações financeiras (c)	-	-
	<u>-</u>	<u>96.301</u>

(*) A operação comercial se iniciou em Set/2019.

- a) Encargos incidentes sobre os valores aportados, conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.
- b) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.
- c) Referem-se aos rendimentos dos saldos recebidos dos aportes das debêntures e do financiamento com o BNDES, aplicados em renda fixa de liquidez diária e baixo risco (Notas Explicativas nº 12 e 13).
- (v) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão parcial subsequente foram reconhecidas em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais. Neste período, a Companhia não identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(866.742)	(989.933)
Reversão / Realização	<u>7.203</u>	<u>123.192</u>
Total Impairment	<u>(859.539)</u>	<u>(866.742)</u>

Em 31 de março de 2020, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	31/03/2020	31/12/2019
	<u>2.206.113</u>	<u>2.204.263</u>

10 Intangível

Movimentação do período findo em 31 de março de 2020 do intangível

	Saldos em 31/12/2019	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 31/03/2020
Geração				
Software - GER	67	-	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	(2)	-	(3)	(5)
Em curso -UBP (i)	32.822	494	-	33.316
(-) Amortização acumulada (ii)	<u>(2.273)</u>	-	<u>(542)</u>	<u>(2.815)</u>
Total - Geração	30.614	494	(545)	30.563
Administração Central				

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2020

	Saldos em 31/12/2019	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 31/03/2020
Em serviço (iii)	1.009	-	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(943)	-	(19)	(962)
Total - Administração	66	-	(19)	47
Total	30.680	494	(564)	30.610

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do intangível

	Saldos em 31/12/2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 31/12/2019
Geração				
Software - GER	-	67	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	-	-	(2)	(2)
Em curso -UBP (i)	30.756	2.066	-	32.822
(-) Amortização acumulada (ii)	(175)	-	(2.098)	(2.273)
Total - Geração	30.581	2.133	(2.100)	30.614
Administração Central				
Em serviço (iii)	922	87	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(202)	(943)
Total - Administração	181	87	(202)	66
Total	30.762	2.220	(2.302)	30.680

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
 Como pagamento pela UBPF, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018, até o 35º ano da Concessão.

O montante a pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.440 em 31 de março de 2020 e R\$ 1.950 em 31 de dezembro de 2019) e não circulante (R\$ 29.237 em 31 de março de 2020 e R\$ 28.775 em 31 de dezembro de 2019) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,08% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

11 Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (i)	10.719	11.479
EUST (ii)	3.597	3.593
Outros (iii)	3.027	643
Partes relacionadas (iv)	2.561	2.657
Fundiário (v)	1.367	1.556
Retenções contratuais (vi)	536	529
	21.807	20.457

- (i) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e operação e manutenção.
 (ii) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
 (iii) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, seguro do risco hidrológico e etc.
 (iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 23.
 (v) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
 (vi) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

12 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 9).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de março de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	29.182	-	(1.099)	28.083
		<u>29.182</u>	<u>-</u>	<u>(1.099)</u>	<u>28.083</u>
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.088.672	-	(18.912)	1.069.760
Atualização	TJLP	-	3.577	-	3.577
		<u>1.088.672</u>	<u>3.577</u>	<u>(18.912)</u>	<u>1.073.337</u>
Total do financiamento		<u><u>1.117.854</u></u>	<u><u>3.577</u></u>	<u><u>(20.011)</u></u>	<u><u>1.101.420</u></u>

Movimentação do financiamento em 2020 - 3 meses

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Juros pagos	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2020
Total do financiamento	<u>1.108.329</u>	<u>-</u>	<u>(6.937)</u>	<u>(21.826)</u>	<u>21.772</u>	<u>82</u>	<u>1.101.420</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	27.274	-	(1.101)	26.173
		<u>27.274</u>	<u>-</u>	<u>(1.101)</u>	<u>26.173</u>
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.097.532	-	(19.184)	1.078.348
Atualização	TJLP	-	3.808	-	3.808
		<u>1.097.532</u>	<u>3.808</u>	<u>(19.184)</u>	<u>1.082.156</u>
Total do financiamento		<u><u>1.124.806</u></u>	<u><u>3.808</u></u>	<u><u>(20.285)</u></u>	<u><u>1.108.329</u></u>

Movimentação do financiamento em 2019 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2018	Adições (i)	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2019
Circulante							
Empréstimos	18.950	43	(23.401)	29.567	(43)	1.057	26.173
Atualização	80.067	-	(92.335)	12.268	-	-	-
	99.017	43	(115.736)	41.835	(43)	1.057	26.173
Não circulante							
Empréstimos	918.631	51.548	-	109.129	-	(960)	1.078.348
Atualização	59.155	-	-	(150.964)	95.617	-	3.808
	977.786	51.548	-	(41.835)	95.617	(960)	1.082.156
Total do financiamento	1.076.803	51.591	(115.736)	-	95.574	97	1.108.329

(i) Demonstrativo do valor líquido adicionado em caixa

Valor bruto	51.591
(-) IOF	(960)
Valor líquido	50.631

Movimentação do custo incremental em 31 de março de 2020 – 3 meses

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2020
20.285	-	(274)	20.011

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019
20.383	959	(1.057)	20.285

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(* 31/03/2020)	31/12/2019
Encargos totais da dívida	-	72.690
Amortização do custo incremental	-	783
Rendimento da aplicação financeira	-	-
	-	73.473

(*) A operação comercial se iniciou em Set/2019.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	1.018.000		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

<u>Período</u>	<u>Subcrédito D</u>
Entre abr/2020 até dez/2020 (i)	5.000
	<u>5.000</u>

(i) Nota Explicativa nº 29.b.

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2020	21.745
2021	31.008
2022	33.479
2023	36.148
2024	39.029
2025	42.139
Após 2025	<u>917.883</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.121.431</u>
Custo incremental	<u>(20.011)</u>
	<u>1.101.420</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.

Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.

Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e do controlador final Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de março de 2020, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento.

Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das informações contábeis intermediárias anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), por 2 dois anos consecutivos imediatamente anteriores: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa. O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020.

13 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2020	1.033
2021	3.858
2022	6.370
2023	10.374
2024	15.145
2025	19.029
A partir de 2025	211.652
Total da dívida com encargos	267.461
Custo incremental	(10.727)
	256.734

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (Completion Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em informações contábeis intermediárias anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de informações contábeis intermediárias auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas informações contábeis intermediárias auditadas.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2020.

Composição das debêntures em 31 de março de 2020

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	679	-	(11)	668
Atualização		-	4.212	-	4.212
		<u>679</u>	<u>4.212</u>	<u>(11)</u>	<u>4.880</u>

Não circulante				
Debêntures	259.653		(10.716)	248.937
Atualização	-	2.917	-	2.917
	<u>259.653</u>	<u>2.917</u>	<u>(10.716)</u>	<u>251.854</u>
Total das debêntures	260.332	7.129	(10.727)	256.734

Movimentação das debêntures em 2020 - 3 meses

	Saldo em 31/12/2019	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2020
Circulante						
Debêntures	651	-	-	-	17	668
Atualização	-	-	4.212	-	-	4.212
	<u>651</u>	<u>-</u>	<u>4.212</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>4.880</u>
Não circulante						
Debêntures	231.202	-	-	-	201	231.403
Atualização	17.534	-	(4.212)	7.129	-	20.451
	<u>248.736</u>	<u>-</u>	<u>(4.212)</u>	<u>7.129</u>	<u>201</u>	<u>251.854</u>
Total das debêntures	<u>249.387</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.129</u>	<u>218</u>	<u>256.734</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2019	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2020
10.946	-	(219)	10.727

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado

	(*) 31/03/2020	31/12/2019
Encargos totais da dívida	-	22.140
Amortização do custo incremental	-	731
	<u>-</u>	<u>22.871</u>

(*) A operação comercial se iniciou em Set/2019.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	680	-	(29)	651
		<u>680</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>651</u>
Não circulante					
Debêntures		259.653	-	(10.917)	248.736
		<u>259.653</u>	<u>-</u>	<u>(10.917)</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures		<u>260.333</u>	<u>-</u>	<u>(10.946)</u>	<u>249.387</u>

Movimentação das debêntures em 2019 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2018	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2019
Circulante						
Debêntures	5.564	(6.650)	1.662	50	25	651
Atualização	315	(10.534)	9.509	710	-	-
	<u>5.879</u>	<u>(17.184)</u>	<u>11.171</u>	<u>760</u>	<u>25</u>	<u>651</u>
Não circulante						
Debêntures	218.612	-	10.460	1.277	853	231.202
Atualização	12.303	-	(21.631)	26.862	-	17.534
	<u>230.915</u>	<u>-</u>	<u>(11.171)</u>	<u>28.139</u>	<u>853</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures	<u>236.794</u>	<u>(17.184)</u>	<u>-</u>	<u>28.899</u>	<u>878</u>	<u>249.387</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019
11.824	-	(878)	10.946
Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 31 de dezembro de 2019			
Encargos totais da dívida			22.140
Amortização do custo incremental			731
			<u>22.871</u>

14 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	31/03/2020	31/12/2019
Físico biótico	16.203	3.586
	<u>16.203</u>	<u>3.586</u>

Não circulante

	31/03/2020	31/12/2019
Físico biótico (*)	48.922	62.486
Investimentos sociais	-	965
(-) Ajuste a valor presente (i)	(6.066)	(8.550)
	<u>42.856</u>	<u>54.901</u>
	<u>59.059</u>	<u>58.487</u>

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras); Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas; Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas; Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários; Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila; Programa de Monitoramento de Encostas Marginais; Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças; Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Fauna Aquática e Semiaquática; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial; Programa de Resgate da Ictiofauna; Subprograma de Monitoramento Limnológico e de Qualidade da Água; e Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

- (i) Em 31 de março de 2020 a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 2.484, tendo como base a projeção do IPCA de 3,6% a.a. (Nota explicativa nº 9).

Em 31 de março de 2020, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 16.203 (R\$ 3.586, em 31 de dezembro de 2019) e no passivo não circulante R\$ 42.856 (R\$ 54.901, em 31 de dezembro de 2019).

15 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentações em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Saldo inicial	648	108
Adições	13	693
Pagamentos/baixas	-	(153)
Saldo final	661	648

A Companhia é ré em processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de março de 2020, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 167.971 (R\$ 155.988 em 31 de dezembro de 2019), tais como: processos trabalhistas

(envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2020 – 3 meses

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/03/2020
Cíveis e outras (i)	122.432	18.124	(10.374)	130.182
Trabalhistas (ii)	3.288	3.643	(823)	6.108
Tributárias (iii)	30.268	1.413	-	31.681
Total	155.988	23.180	(11.197)	167.971

Movimentação em 2019 – 12 meses

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Cíveis e outras (i)	67.557	55.395	(520)	122.432
Trabalhistas (ii)	2.762	2.016	(1.490)	3.288
Tributárias (iii)	30.268	-	-	30.268
Total	100.587	57.411	(2.010)	155.988

(i) Cíveis

- i.1. Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.000.
- i.2. Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20.000.

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

- iii.1. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 001/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% e multa de infração de 100% totaliza R\$ 9.197. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.
- iii.2. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 030/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% totaliza R\$ 21.071. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.

16 Capital social

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

a. Lucro / (Prejuízo) por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Lucro líquido / (Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	1.714	(21.415)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	1.807.200
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação (básico) - R\$	0,00077	(0,01185)
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação (diluído) - R\$	0,00077	(0,01185)

Em 31 de março de 2020 e 2019, o lucro líquido / (prejuízo) por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

17 Receitas líquidas com comercialização de energia elétrica

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receita com venda de energia elétrica a terceiros (i) ACR	76.025	65.608
Receita com venda de energia elétrica à partes relacionadas (i) ACL	2.280	3.261
COFINS sobre venda de energia elétrica	(5.922)	(5.234)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.285)	(1.136)
Encargos setoriais (ii)	(2.224)	(619)
	68.874	61.880

(i) Referem-se à comercialização de energia elétrica de:

	01/01/2020 a 31/03/2020		01/01/2019 a 31/03/2019	
	ACR	ACL	ACR	ACL
MWh	484.237	12.492	462.107	16.597
Preço médio	157,00	189,47	141,97	196,49

(ii) Os encargos setoriais referem-se à: (a) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(ii).

18 Custos com comercialização de energia elétrica

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Energia elétrica comprada para revenda (i)	-	(78.354)
Risco hidrológico (ii)	(5.821)	-
	(5.821)	(78.354)

Referem-se à aquisição de energia elétrica, no montante de (i) (478.704 MWh, ao preço médio de R\$ 179,67 por MWh em 31 de março de 2019), deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS); e (ii) Garantia do risco hidrológico contratado em 20 de dezembro de 2018 e início de pagamento desde a entrada da operação comercial em setembro de 2019.

19 Encargos de uso do sistema de transmissão

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	(9.945)	(8.902)

20 Outros custos com energia elétrica

	Nota	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Serviços de terceiros	20a	(3.335)	-
Pessoal, encargos e benefícios	20b	(1.230)	-
Depreciações e amortizações		(22.892)	-
Materiais		(401)	-
Passagens e hospedagens		(7)	-
Outros (seguros, taxas regulatórias, etc.)		(446)	-
		(28.311)	-
20a. Serviços de terceiros		01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Assessoria e consultoria de O&M		(2.791)	-
Programas ambientais - OPEX		(283)	-
Monitoramento e vigilância		(84)	-
Compartilhamento de infraestrutura		(83)	-
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(63)	-
Transportes		(28)	-
Outros		(3)	-
		(3.335)	-

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
20b. Pessoal, encargos e benefícios		
Remuneração de empregados	(1.062)	-
Encargos trabalhistas	(102)	-
Benefícios a empregados	(66)	-
	<u>(1.230)</u>	<u>-</u>

No primeiro trimestre de 2019, não havia outros custos de energia elétrica reconhecido, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

21 Despesas gerais e administrativas

	Nota	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Serviços de terceiros	21a	(1.570)	(3.576)
Pessoal, encargos e benefícios	21b	(1.706)	(2.178)
Depreciações e amortizações		(85)	(649)
Litígios trabalhistas	15	(44)	(790)
Passagens e hospedagens		(61)	(140)
Materiais		(52)	(73)
Arrendamentos e aluguéis		(366)	(116)
Outros		(161)	(380)
		<u>(4.045)</u>	<u>(7.902)</u>

21a. Serviços de terceiros

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(902)	(898)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(300)	(259)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(117)	(92)
Monitoramento e vigilância	(35)	(29)
Transportes	(1)	(9)
Outros	(215)	(94)
Assessoria e consultoria de O&M	-	(2.195)
	<u>(1.570)</u>	<u>(3.576)</u>

21b. Pessoal, encargos e benefícios

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Remuneração de empregados	(878)	(1.362)
Encargos trabalhistas	(390)	(499)
Benefícios a empregados	(438)	(317)
	<u>(1.706)</u>	<u>(2.178)</u>

22 Resultado financeiro

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras (i)	2.114	1.125
Descontos obtidos	7	9
Juros, multas e atualizações	-	6
Subtotal	<u>2.121</u>	<u>1.140</u>

Despesas financeiras

Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(29.203)	-
IOF	(23)	(11)
Juros, multas e atualizações	(223)	(266)
Outras despesas financeiras	(36)	(35)
Subtotal	(29.485)	(312)
	(27.364)	828

- (i) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES mantidos em aplicação financeira, foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 referentes ao período de 2019.

23 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	01/01/2020 a 31/03/2020			01/01/2019 a 31/12/2019		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (i)	-	1.643	-	-	1.683	(9.337)
	Total	-	1.643	-	-	1.683	(9.337)
UTNF	Serviços (ii)	-	-	(142)	490	63	(648)
	Total	-	-	(142)	490	63	(648)
CHESF	Venda de energia elétrica	388	-	1.140	388	-	4.471
	EUST (iii)	-	552	(1.270)	-	550	(3.164)
	Acordo bilateral (iv)	-	-	-	-	-	-
	Total	388	552	(130)	388	550	1.307
ELETRONORTE	Venda de energia elétrica	388	-	1.140	388	-	4.471
	EUST (iii)	-	366	(850)	-	361	(2.077)
	Acordo bilateral (iv)	-	-	-	-	-	(870)
	Total	388	366	290	388	361	1.524
Total geral	776	2.561	18	1.266	2.657	(7.154)	

- (i) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas.
 (ii) Materiais de operação e manutenção da UHE.

- (iii) Energia elétrica vendida no ACL.
- (iv) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão
- (v) Prêmio por descontração de energia elétrica vendida no ACL.

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal é aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019.

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (i)	(247)	(505)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (ii)	(156)	(206)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (iii)	(92)	(93)
Remuneração do Conselho Fiscal (iv)	(59)	(56)
	(554)	(860)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

24 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	Nível	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo				
Títulos e valores mobiliários	3	2	175.237	85.459
Contas a receber	4	-	34.868	33.802
Fundos vinculados	7	2	68.818	151.330
			278.923	270.591
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo				
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes	11 e 14		83.197	81.061
Empréstimos e financiamentos	12		1.101.420	1.108.329
Debêntures	13		256.734	249.387
			1.441.351	1.438.777

Em 31 de março de 2020, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 2.281 (R\$ 2.069 em 31 de dezembro de 2019).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Financiamentos, empréstimos e debêntures	12 e 13	1.358.154	1.357.716
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3	(175.237)	(85.459)
Dívida líquida		1.182.917	1.272.257
Patrimônio líquido		1.475.787	1.474.073
Total do capital		2.658.704	2.746.330
Índice de alavancagem financeira		44,5%	46,3%

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI (Nota Explicativa nº 3); e
- (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 7)

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 3).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com

instituições financeiras (Nota Explicativa nº 3).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nºs 12 e 13, respectivamente.

Em setembro de 2019, a Companhia entrou em fase operacional, e, dentro do plano de negócios projetado para todo o período futuro de concessão do Empreendimento, a Administração prevê rentabilidade futura e honrar todos os compromissos assumidos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de março de 2020, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Ativos					
Risco na apreciação da taxa de juros:					
Aplicações (i)	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
		Carteira de			
Receita financeira projetada anual	59.274	fundos	59.274	63.157	63.933
Taxa sujeita à variação			3.106	3.883	4.659
Variação - R\$			5,24%	6,55%	7,86%
				777	1.553
Risco na depreciação da taxa de juros:					
Aplicações (i)	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
		Carteira de			
Receita financeira projetada anual	59.274	fundos	59.274	56.945	57.721
Taxa sujeita à variação			3.106	2.330	1.553
Variação - R\$			5,24%	3,93%	2,62%
				(777)	(1.553)
Risco na apreciação da taxa de juros					
Aplicações CDI	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
		Aumento			
Receita financeira projetada anual	174.532	no CDI	174.532	182.965	184.651
Taxa sujeita a variação do CDI			6.746	8.433	10.119
Variação - R\$			3,87%	4,84%	5,81%
				1.687	3.373
Risco na depreciação da taxa de juros					
Aplicações CDI	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
		Aumento			
Receita financeira projetada anual	174.532	no CDI	174.532	169.473	171.159
Taxa sujeita a variação do CDI			6.746	5.060	3.373
Variação - R\$			3,87%	2,90%	1,94%
				(1.687)	(3.373)
Passivos					
Risco na apreciação da taxa de juros					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Despesa financeira projetada	1.121.431		1.121.431	1.196.567	1.211.595
Taxa de juros		Aumento	60.109	75.136	90.164
Variação - R\$		da TJLP	5,36%	6,70%	8,04%
				15.027	30.055
Risco na depreciação da taxa de juros					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	31/03/2020	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Despesa financeira projetada	1.121.431		1.121.431	1.076.349	1.091.377
Taxa de juros		Redução	60.109	45.082	30.055
Variação - R\$		da TJLP	5,36%	4,02%	2,68%
				(15.027)	(30.055)

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações contábeis intermediárias
em 31 de março de 2020

	Risco na apreciação da taxa de juros				
	Debêntures (b)	31/03/2020	Provável	25%	50%
	Despesa financeira projetada	267.461	267.461	278.745	281.002
	Taxa de juros		Aumento	11.284	13.541
	Variação - R\$		do IPCA	4,23%	5,07%
			3,38%	2.257	4.514
	Risco na depreciação da taxa de juros		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Debêntures (b)	31/03/2020	Provável	-25%	-50%
	Despesa financeira projetada	267.461	267.461	260.691	262.948
	Taxa de juros		Redução	6.770	4.514
	Variação - R\$		do IPCA	2,54%	1,69%
			3,38%	(2.257)	(4.514)
(i)	Fundos vinculados				
	Aplicação em carteira de fundos	59.274			
	Conta centralizadora	9.544			
	Total em fundos vinculados – Nota explicativa nº 7	68.818			
	Composição dos saldos		BNDES (a)		Debêntures (b)
	Nota explicativa		12		13
	Saldo final		1.101.420		256.734
	Custo incremental		20.011		10.727
			1.121.431		267.461

Premissas (média entre 2020 e 2021)

TJLP - Passivos	a.a.	5,36%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	a.a.	5,24%
CDI - Ativos	a.a.	3,87%
IPCA - Passivos	a.a.	3,38%

25 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

A Companhia figura como beneficiária do seguro tipo D&O contratado em nome da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., cujas condições constam da seguinte forma:

Seguradora: AXA Seguros S.A.

Objeto: Seguro D&O

Declaração de seguros datada em 11/04/2019 – aguardando a emissão da apólice.

Vigência: 31/03/2019 até 31/03/2020

Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 14.248

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros a seguir:

- Seguradora: AIG Seguros Brasil S.A.
 Objeto: Responsabilidade Civil Geral
 Apólice nº 087372019010351002652
 Vigência: 14/11/2019 até 14/11/2020
 Limite máximo de Garantia (LMG): R\$ 100.000

Seguradora: Austral Seguradora S.A.

Objeto: Risco de Engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop

Apólice nº 1006700000512

Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 28/02/2020

Vigência da manutenção ampla: 28/02/2019 até 28/02/2021

Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.240.810

Seguradora: AXA Corporate Solutions Seguros S.A.

Objeto: Riscos Operacionais

Apólice nº XBS0007043PR19A

Vigência: 12/09/2019 até 31/12/2020

Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.510.886

- Seguradora: Chubb Seguros Brasil S.A

Objeto: Terrorismo

Apólice nº 17.71.0726333.12

Vigência: 13/09/2019 até 31/12/2020

Limite máximo de Garantia (LMG): R\$ 720.357

Seguradora: Liberty Seguros

Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica

Apólice nº 76-97-000.328

Vigência: 16/02/2020 até 15/02/2021

Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 776

A Companhia é favorecida do depósito de caução a seguir:

Banco: Caixa

Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica

Ag.: 2403 Conta 473-5

Abertura da conta: 01/02/2019

Depósito: R\$ 751

26 Compromissos

Em 31 de março de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 98.878 de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (i) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; (ii) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a construção da UHE Sinop; e (iii) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

Compromissos

Operação e manutenção da usina

Plano Básico Ambiental

Obras da barragem

Assessorias, consultorias e auditorias

Obras do reservatório

Outros

Supressão vegetal

Total

31/03/2020

29.702

28.293

22.799

10.191

4.789

2.784

420

98.978

27 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 31 de março de 2020 a Companhia adquiriu bens do ativo

imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado	14.575	73.170
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	(7.846)	(21.002)
Total dos pagamentos para aquisição de bens	6.729	52.168

28 Aspectos relacionados ao COVID-19

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

b) Medida de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para a seguintes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) Postergação de seis parcelas do financiamento BNDES. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 29.a.; e
- (ii) Aporte efetuado pelo BNDES. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 29.b.

Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes, tendo em conta medidas que possam incluir a redução ou postergação de valores a receber pela prestação de seus serviços. O setor de energia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com as cláusulas contidas nos respectivos Contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

Com o objetivo de contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade, a Companhia destinará aproximadamente R\$ 4,2 milhões em projetos associados a

prevenção e combate do novo Coronavírus (COVID-19), oriundos de recursos do BNDES, Subcrédito “D”, aprovados em 13 de abril de 2020.

d) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) desempenho da demanda de energia elétrica no mercado regulado; e
- (ii) nos níveis de inadimplência das Companhias reguladas.

Conforme análise da Administração, os possíveis impactos do COVID-19 para o 1º trimestre de 2020 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de março, a partir da declaração do estado de calamidade pública pelo Governo Federal e, conforme análises da Administração, para o setor de geração de energia ainda não existem impactos relevantes. Esses eventos poderão afetar temporariamente o resultado do negócio em 2020, porém, caso isto ocorra, haverá gradualmente um retorno previsível ao normal, de modo que não se espera que isso afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos.

e) Medidas adotada pela Companhia

A medida já tomada pela Companhia, para minimizar esse possível efeito, foi a adesão ao STAND STILL do BNDES, que permite o não pagamento do serviço da dívida por um período de seis meses. Essa adesão já foi aprovada em 29 de abril de 2020 pelo Banco ABC, fiador do contrato de financiamento e encaminha ao BNDES para dar continuidade ao procedimento de postergação das seis parcelas do financiamento.

29 Eventos subsequentes

a) Plano de Ação Emergencial BNDES

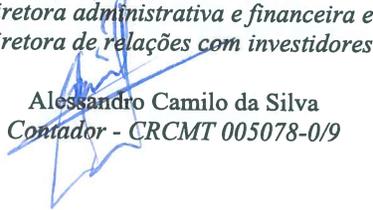
Em, 03 de abril de 2020, a Companhia aderiu ao Plano de Ação Emergencial de apoio à manutenção de capacidade produtiva, emprego e renda, com a suspensão de juros remuneratórios e principal por seis meses, disponibilizado pelo BNDES no âmbito do contrato de financiamento para mitigar os impactos do surto da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Valor estimado para postergação das seis parcelas R\$ 58.000.

b) Aporte recebido do BNDES

Em 22 de abril de 2020, ocorreu a liberação da parcela do financiamento junto ao BNDES no valor líquido de R\$ 1.607, referente ao subcrédito “D”, a ser utilizado em projetos associados à prevenção e combate ao novo Coronavírus (COVID-19).


Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente


Vera Lúcia Rett Carreira
Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores


Alessandro Camilo da Silva
Contador - CRCMT 005078-0/9